
Cabo Verde na segurança

e defesa do Atlântico: Dimensões da parceria Norte-Sul e Sul-Sul

Cape Verde in the Atlantic
security and defense:
Dimensions of the North-South
and South-South partnership

João Paulo Madeira

Universidade de Lisboa (UL), Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP) e Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Centro de investigação em Ciências Sociais e Políticas (CICSP), Campus de Palmarejo, Praia, Cabo Verde.
joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Nataniel Monteiro

Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT) - Campus de Palmarejo, Praia, Cabo Verde.
natanmonteiro88@hotmail.com

Resumo

As mudanças políticas registadas no mundo pós-Guerra Fria intensificaram as relações inter-regionais, provocando ameaças e riscos no ambiente de segurança global, colocando em alerta os países do Atlântico, em especial Cabo Verde, alimentando a necessidade imperativa de criar as condições para garantir a segurança e a defesa. Este artigo pretende analisar, do ponto de vista estratégico, o papel de Cabo Verde, na segurança e defesa do Atlântico. Trabalhou-se com o método qualitativo, ou seja, revisando e analisando a literatura, o que permite determinar que Cabo Verde, apesar de ser um país pequeno, periférico e com escassos recursos económicos, pode contribuir para o desenvolvimento de uma nova plataforma de segurança na relação Sul-Sul e Norte-Sul, transformando o Atlântico num corredor de paz e estabilidade política.

Palavras-chave: Atlântico; defesa; geoestratégia; geopolítica; segurança.

Abstract

The political changes recorded in the post-cold war world era intensified interregional relations, causing threats and risks in the global security environment, putting the countries of the Atlantic on alert (especially Cape Verde) and feeding the imperative need to create the conditions to ensure security and defensiveness. This article analyzes, from the strategic point of view, the role of Cape Verde on security and defense of the Atlantic. It has been used the quantitative method, reviewing and analyzing the literature, which made it possible to determine that Cape Verde -despite being a small, peripheral country and with scarce economic resources- can contribute to the development of a new dimension of security in respect of south-south and north-south, turning the Atlantic in a corridor of peace and political stability.

Key words: Atlantic; defense; geostrategic; geopolitical; security.

1. Introdução

As profundas alterações registadas no sistema global desde o século XV e o reforço das interacções regionais, decorrentes da intensificação do processo da globalização, influenciaram significativamente o panorama internacional. Por constituir uma rota estratégica na ligação intercontinental (Europa, África e América), o Atlântico entrou numa nova era em que as dinâmicas regionais se tornaram mais salientes e os seus actores (Estados e organizações internacionais) ganharam maior autonomia, contribuindo para o desenvolvimento da região. O lado sombrio desse processo prende-se com a proliferação de fenómenos como sejam: o narcotráfico, o terrorismo, a imigração ilegal, a criminalidade, os conflitos regionais, as guerras civis e a pirataria marítima. Estes problemas colocaram em vigilância os países do Atlântico, particularmente Cabo Verde que, de forma responsável, procuram criar soluções, mecanismos e estruturas sólidas de segurança e defesa (Madeira & Monteiro, 2016).

Cabo Verde caracteriza-se por ser um pequeno Estado insular e periférico que ocupa uma posição fronteiriça entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, numa encruzilhada entre o continente africano, europeu e americano. A posição geoestratégica do arquipélago tem despertado o interesse de potências mundiais como a União Europeia, os Estados Unidos da América, a China e o Brasil. Assim, Cabo Verde pode constituir uma plataforma incontornável na segurança do Atlântico e da África Ocidental. Como também um potencial estruturante para o desenvolvimento de uma «*nova dimensão de segurança e estabilidade no relacionamento Norte-Sul e Sul-Sul*» (Lourenço,

2006: 10). Em colaboração com organizações internacionais, Cabo Verde poderá desempenhar um papel fulcral na promoção da paz e da estabilidade do Atlântico. Os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas devem ser atendidos, uma vez que a região tem despertado particular interesse dos contrabandistas que procuram as costas marítimas de países mais vulneráveis, com objectivo de atingir o mercado negro na Europa.

No domínio da geoestratégia, o investimento no poder marítimo e nas forças aéreas especiais pode representar a condição *sine qua non* para debelar os problemas que ameaçam a estabilidade do Atlântico. O poder marítimo tem provado ser decisivo no que respeita ao facilitar da coordenação global e, desse modo, permanecerá decisivo enquanto continuar com essa tarefa (Modelska & Thompson, 1988). No caso de Cabo Verde, os investimentos nestes sectores apresentam custos elevadíssimos para o Estado. Deste modo, torna-se imprescindível o estabelecimento de parcerias geoestratégicas capazes de encontrarem soluções políticas e económicas no que se refere ao desenvolvimento, sobretudo num contexto onde a utilidade e a credibilidade do país na cena internacional constituem opções estratégicas assumidas pelo Estado (Madeira & Monteiro, 2016).

Num mundo cada vez mais globalizado, onde vários Estados têm enfrentado um conjunto de ameaças de origem incerta ou difusa, poder-se-ão colocar as seguintes questões de partida: que papel poderá desempenhar Cabo Verde nas estratégias de segurança e defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul? Se a

pretensão do arquipélago é aumentar a sua utilidade e credibilidade internacional, em que medida este poderá contribuir para o desenvolvimento de uma plataforma de segurança nas relações Norte-Sul e Sul-Sul? Para responder a estas questões de partida, procedemos a uma revisão de literatura que é enriquecida e complementada por uma análise interpretativa, o que permite refletir sobre um conjunto de perspectivas teóricas que caracterizam os estudos qualitativos de modo a contribuir para a construção de um novo campo de análise.

A segurança e defesa continuam a estar em destaque nas agendas nacionais, regionais e internacionais, absorvendo elevados recursos na medida em que os fenómenos internacionais se vão complexificando. Cabo Verde não constitui uma excepção, pois a forma de se pensar a segurança e a defesa, evoluiu em consideração às questões que têm marcado o actual panorama internacional. Numa perspectiva geopolítica e geoestratégica, a presente investigação constitui uma mais-valia para o estudo da segurança e defesa em Cabo Verde, uma área em que vários investigadores (Amante da Rosa, 2007; Évora, 2014; Lourenço, 2006; Matos, 2012; 2014; Varela, 2007) se têm debruçado. A originalidade desta investigação encontra-se precisamente na possibilidade de contribuir para uma análise intersubjectiva, alternativa e flexível que nos permite aproximar o universo teórico da realidade cabo-verdiana, inserido numa conjuntura geo-histórica peculiar.

Através desta investigação é possível constatar que, do ponto de vista da geopolítica e da geoestratégia, o arquipélago de Cabo Verde constitui uma região pivô na estratégia de segurança e defesa delineadas

para o Atlântico. A sua geografia constitui um vector importante nos planos de segurança definidos para o Atlântico pelas organizações internacionais num quadro de projectos, condutas e políticas que derivam de circunstâncias específicas. Estes evidentemente, conjugados com outros elementos, como sejam: a cooperação bilateral e multilateral, a integração regional e a aposta no *soft power* (Monteiro, 2016). Nesta sequência, o arquipélago poderá contribuir como interlocutor quer para os seus parceiros no quadro do diálogo Norte-Sul, quer para os seus parceiros na relação Sul-Sul, iniciando aquilo que se pode caracterizar como uma importante relação de cooperação intra-regional e inter-regional no Atlântico.

2. Operacionalização dos conceitos de segurança e defesa

A aceleração do processo de globalização trouxe profundas alterações à política mundial com a intensificação das interações inter-regionais e, ao mesmo tempo, ameaças e riscos no ambiente de segurança global. Nos últimos anos, tem-se vindo a registar na região da África Ocidental a uma intensificação de fenómenos como a pirataria marítima, a criminalidade transnacional organizada, a proliferação de armas ligeiras, a multiplicação de Estados frágeis e a possibilidade de eclosão de novos conflitos regionais. Ante estes fenómenos, os Estados e as organizações internacionais despertaram para o imperativo de se criarem as condições capazes de garantir dois elementos importantes, isto é, a segurança e a defesa, conceitos tradicionalmente inseparáveis. Se a segurança se caracteriza por um conjunto de providências que procura garantir a paz

entre os Estados, aplicada ao contexto nacional faz evidenciar o objectivo da defesa que é o de preparar os meios dissuasores da agressão ou capazes de a deter (Moreira, 1998).

Perante as incertezas e as instabilidades numa escala global, os Estados devem investir mais na segurança e reconhecer que a defesa, que se identifica essencialmente com a componente militar, deve estabelecer-se como um campo de actuação para os restantes sectores estratégicos. A ideia de que o Estado é a referência quase exclusiva de segurança e o principal actor das relações internacionais, caracteriza a concepção realista (Cravinho, 2006; Dannreuther, 2014). As discussões que abrangem o conceito de segurança ganharam especial importância no período pós-conflito bipolar. O paradigma realista das relações internacionais foi outrora dominante em que se fazia depender a segurança do Estado de um sistema internacional considerado anárquico. Esta abordagem ver-se-ia confrontada por um conjunto de correntes teóricas, o que fez da segurança um conceito que continua a gerar controvérsia por falta de uma formulação consensual (Évora, 2014). Por mais argumentos e evidências que são apresentadas, a segurança é geralmente tida como um conceito bastante contestado (Baldwin, 1997).

De entre as abordagens teóricas, apresentamos algumas definições que permitem a construção de um quadro analítico que melhor se adequa à presente investigação. Numa dimensão estritamente militar onde a segurança é hiper-centrada no Estado, debruçar-se acerca destes fenómenos, significa o mesmo que estudar a ameaça e o uso e controlo da força militar (Walt, 1991). Na perspectiva em que o Estado deixa de ser o

centro ou a única referência, a segurança passa a ser conceptualizada destacando-se as colectividades humanas (Alaggapa, 1998; Buzan, 2008). Ou seja, a segurança estabelece uma «*condição relativa de protecção colectiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia*» (Cepik, 2001: 3). Quando o ambiente e os direitos humanos estão protegidos, provavelmente as vidas e as identidades das pessoas tendem a estar seguras, independentemente da capacidade militar do Estado onde vivem (Klare & Thomas, 1998).

Com a intensificação da interdependência entre os fenómenos locais e internacionais, é cada vez mais evidente que os acontecimentos no interior de um Estado sejam susceptíveis de afectar a segurança regional. As incidências no panorama externo tendem a afectar a segurança no seio dos Estados. O conceito de segurança se liga tão estreitamente aos níveis internos e regionais de forma sistémica, o que exige que seja tratado sob uma perspectiva integrada (Buzan, 2008). As ameaças à segurança não se restringem às fronteiras nacionais, pois encontram-se relacionadas entre si e devem ser encaradas nos planos nacional, intra-estatal, regional e internacional (Graça, 2014)

Na sequência das definições apresentadas, fica visivelmente patente que a segurança e a defesa constituem aspectos fundamentais para a estratégia da política externa de qualquer Estado e que têm como objectivo primordial garantir, através de acções políticas, económicas, sociais, culturais, diplomáticas, psicológicas, ambientais e militares, a estabilidade à Nação que jurisdiciona (Viana, 2003). Para isso, acreditamos que a estratégia do Estado é a

de priorizar a mobilização das capacidades, estruturas e recursos da Nação, bem como a das organizações internacionais com vista à consecução dos objectivos da política de segurança nacional, regional e internacional.

A solidariedade, entre os interesses regionais e os interesses locais, expressa eventualmente em alianças «*é funcional e dependente da relação favorável com a segurança e defesa*» dos interesses vitais (Moreira, 1998: 41). Perante as ameaças e utilização de instrumentos políticos, económicos e tecnológicos cada vez mais sofisticados na sua concretização, a defesa passou a constituir um problema de extrema complexidade e «*simultaneamente, uma necessidade vital para qualquer nação – mesmo pequena e de poucos recursos económicos*» (Cardoso, 1983: 95). Neste quadro, a continuidade da Aliança Atlântica e de cooperação geoestratégica a nível micro e macro são indispensáveis para garantir as condições mínimas de estabilidade num contexto de transformação contínua.

3. A emergência da aliança e estratégia de segurança e defesa para o Atlântico

A segurança e a defesa constituem imperativos para o desenvolvimento económico, político e social uma vez que sem segurança não pode haver desenvolvimento e sem desenvolvimento não há segurança (Bernardino, 2008). Convictas desta proposição político-filosófica, as organizações multilaterais de segurança e defesa colectiva procuraram, com o término da Segunda Guerra Mundial, convergir esforços numa aliança político-militar para promover uma cultura de paz e de desenvolvimento humano. Pois, a vertente da segurança, sem a qual «*não*

há desenvolvimento económico nem político, exige a formulação de um instrumento e de uma doutrina que legitime e torne eficazes as intervenções em nome dos interesses da Humanidade» (Moreira, 2005: 448).

As ameaças globais aos Estados modernos são múltiplas e complexas e as respostas carecem de soluções múltiplas, articuladas e de dimensão maior por parte dos actores internacionais (Bernardino, 2008; Graça, 2010). No caso do Atlântico podemos apontar dois atores marcantes, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), cujas intervenções têm contribuído para consolidar e reforçar o *know-how* dos países da bacia do hemisfério Norte e Sul, garantindo-lhes a capacidade de gestão dos seus recursos com vista a promover a estabilidade da região de inserção geográfica.

A OTAN, fundada em 5 de abril de 1949 com a assinatura do Tratado em Washington por doze países e que actualmente conta com a participação de vinte e oito Estados-Membros, é uma organização intergovernamental de carácter político-militar. Esta tem como objectivos fundamentais «*a constituição de uma aliança para a defesa colectiva dos seus membros, considerando que um ataque armado contra qualquer deles constituiria um ataque a todos eles*» (Correia, 2004: 119).

A ideia de defesa colectiva é o imperativo desta aliança, na qual os Estados-Membros assumiram o compromisso de respeitar o princípio de que a segurança de cada país-membro depende da segurança de todos eles, partilhando os benefícios da defesa colectiva, bem como os riscos e as responsabilidades. Em conjunto, são efectuados planos e preparativos para a defesa que

anteriormente cabiam a cada país de forma isolada. Através da natureza da OTAN, organização em que os vários parceiros conservam a sua soberania, os Estados eram livres de decidir com vista à prossecução dos seus interesses, mas *«comprometiam-se a actuar de acordo com os outros parceiros, em conjunto, no caso de qualquer deles ser atacado nos termos previstos no tratado»* (Correia, 2004: 122).

Esta organização intergovernamental, apesar de ter surgido no contexto da Guerra Fria, nunca deixou de forma explícita no tratado, que procurava combater a expansão da União Soviética na Europa (Varela, 2007). A OTAN tinha como objectivo a projecção internacional, o reforço das capacidades dos seus Estados-Membros na consecução de estratégias de apoio ao desenvolvimento sustentado e na segurança participada em cooperação com outros actores regionais e internacionais. A OTAN afirma-se como elo de ligação militar e política entre países e organizações e continentes, que procura resolver os conflitos regionais e civis no quadro de cooperação e de preservação da paz e da estabilidade. Os Estados-Membros da OTAN continuam a acreditar de forma convicta que a dedicação na defesa colectiva e na cooperação, concretizada no âmbito desta organização, constituem as condições sem os quais não é possível garantir a segurança.

Face à mudança do ambiente estratégico, a política da OTAN tem evoluído, na medida em que, desde o fim da Guerra Fria, a aliança tem procurado reflectir sobre a grande mudança do ambiente político e militar na Europa e a emergência de novas ameaças à segurança. Verifica-se o alargamento do próprio conceito de defesa, in-

cluindo o diálogo e cooperação com outros países fora da aliança e com outras organizações internacionais com o objectivo de reforçar a segurança euro-atlântica. A OTAN deixa de ser apenas uma aliança defensiva abrindo-se aos antigos adversários, procurando assumir outras tarefas e adoptar abordagens flexíveis, inovadoras e pragmáticas para resolver questões mais complexas. Com as conjugações das parcerias e do alargamento da área de interesse, a OTAN passa a ter a capacidade para intervir *«fora das suas fronteiras geográficas, em todas as áreas da Europa, África e Ásia que tenham reflexos nos países da aliança»* (Correia, 2004: 136). Além disso, constitui o mais importante braço da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito das operações de paz e resoluções de conflitos internacionais, realizando operações na ex-Jugoslávia e no Afeganistão.

A ZPCAS ou ZOPACAS, por sua vez, estabelecida através da Resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU em 27 de Outubro de 1986 com Estados costeiros da América do Sul e da África (maioritariamente da Costa do Oeste), procurou promover a cooperação económica, cultural e militar na relação Sul-Sul e incentivar integração intra-regional entre os países-membros.

O objectivo na criação da Zona de Paz e Cooperação era o de ampliar o espaço para a integração e colaboração regional, promovendo a paz e segurança internacional, evitando a introdução ou produção de armas nucleares no sentido de eliminar focos de conflito e tensões intra e inter-regionais (Hurrell, 1998). Uma proposta à ONU, por iniciativa do Governo brasileiro de José Sarney (1985-1990) e apoiada pela Argentina, a ZPCAS foi desenvolvida no período pós-Gue-

rra Fria, cujo objectivo era o de ampliar de forma progressiva a actuação, abarcando os aspectos da estabilidade da democracia, desenvolvimento económico e meio ambiente (Hurrell, 1998).

A ZPCAS foi criada no sentido de minimizar a expansão e a presença de superpotências extra-regionais que procuravam ampliar a esfera de influência no Atlântico Sul, e mostrou-se imprescindível na não-militarização do hemisfério Sul e, na construção da *«identidade desse espaço geopolítico como zona de paz»* (Gheller *et al.*, 2015: 12). O que se pretendia a partir de 1969 para o hemisfério Sul do Atlântico, tendo em conta à contextualização histórica do pensamento geopolítico, era proceder com a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) inspirada na OTAN. Esta proposta foi defendida pela Argentina e África do Sul que viam no projecto uma oportunidade de ampliar a cooperação, materializando os seus interesses militares (Filho, 2015). Contudo, prevalecia uma desconfiança generalizada entre os actores envolvidos *quando «o assunto era o Atlântico Sul e os interesses sul-africanos em um eventual pacto militar, de forma que a iniciativa foi perdendo força e gerou uma aliança ‘às avessas’, isto é, deu lugar à criação de uma Zona de Paz e Cooperação»* (Filho, 2015: 158). Os governos, particularmente o do Brasil e da Nigéria não viam com agrado a submissão do Atlântico Sul aos interesses cooperativos e à influência militar das grandes potências ou dos poderes regionais como os da Argentina e da África do Sul (Coutau-Bégarie, 1985).

A partir da década de oitenta do século xx, com as mudanças na política regional e internacional, sobretudo com o fim do ciclo militar e o regresso gradual dos países

do Cone Sul à democracia e a derrocada do regime do Apartheid na África do Sul, o processo de cooperação e a perspectivas de paz fizeram-se sentir de imediato. A África do Sul que inicialmente era *«inimiga»* dos países africanos, passa automaticamente para a posição de um país que apresentava *«credenciais para se transformar em líder político e zona económica relevante, criando a esperança de que poderia, inclusivamente, promover a retomada do crescimento económico»* (Filho, 2015: 158). Neste sentido, há toda uma preocupação por parte dos países da América do Sul para uma concertação política com o continente africano, na perspectiva de que as duas regiões têm interesses semelhantes relativos à agenda internacional. O Brasil propõe a criação da Zona de Paz e Cooperação, cujo objectivo consiste na materialização da herança atlântico-africana, resultando na afirmação de um código operacional de todos os países membros desta Zona (Penha, 2010).

Apesar de reconhecerem a importância da manutenção da ZPCAS perante as ameaças à segurança e aos conflitos que poderiam surgir no hemisfério Sul do Atlântico, os países-membros não têm mostrado vontade política na sua afirmação, pois até início de 2013 foram realizadas apenas sete reuniões ministeriais. Observa-se uma falta de ação no sentido de se criarem patrulhas conjuntas com o objectivo de diminuir a insegurança marítima na margem africana do Atlântico Sul. Por exemplo, a região do golfo da Guiné transformou-se numa área perigosa para o trânsito marítimo e que tem despertado o interesse dos EUA que a procura para a exploração do petróleo e outros recursos naturais (Filho, 2008). O próprio Brasil, que foi o precursor do projecto, tem

direccionado uma atenção maior para alguns países como a Nigéria, Angola e África do Sul e que tem como ameaça e concorrência as grandes potências como os EUA, a China e alguns Estados europeus (Filho, 2015).

Os receios do Brasil com relação ao Atlântico Sul prendem-se particularmente com a expansão das actividades e influência política da OTAN e de outros Estados que não pertencem a esta região geográfica. No quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Portugal tem convencido os restantes países para a necessidade de se reforçar a cooperação no âmbito da segurança e defesa, manifestando assim o interesse em ver a OTAN actuar na região do Atlântico Sul. Esta tarefa não se afigurou fácil, visto que o Brasil se opôs veemente a qualquer interferência desta organização no hemisfério Sul, apesar de manter uma relação especial com Portugal pelas razões históricas e pelo facto de serem membros destacados da CPLP. Pois, ambos *«possuem programas de cooperação naval com países africanos que são, digam-se de passagem, até mesmo semelhantes»* (Filho, 2015: 169).

O Brasil ainda no quadro da CPLP, da ZPCAS e da cooperação com a África mantém uma relação prioritária com a costa ocidental africana, em especial com Cabo Verde, visto que o arquipélago poderá constituir um ponto estratégico para se atingir o mercado da África Ocidental e da Europa (Castro, 1999). Os intercâmbios mais significativos de cooperação militar entre Brasil e Cabo Verde estão nas áreas de *«capacitação de quadros, ajuda em serviços, doações e venda de material bélico»* (Paiva, 2015: 223). O Brasil disputa a posição geoestratégica de Cabo Verde com potências como os EUA, a China e a Europa. Não é por acaso

que a OTAN organizou em 2006 um grande exercício militar nas águas de Cabo Verde, na ideia de que a aliança se caracteriza por um instrumento que permite garantir a segurança e defesa dos países banhados pelo Atlântico. A verdade é que Cabo Verde, apesar de ser pequeno e insular, apresenta vantagens geopolíticas por causa da sua estabilidade política e de se encontrar localizado *«no portão de entrada do Atlântico Sul»* (Fernandes, 2015: 277).

4. Contributos de Cabo Verde na segurança e defesa do atlântico: As relações de parceria Norte-Sul e Sul-Sul

Cabo Verde apresenta um maior peso e sentido recorrendo às organizações internacionais, preservando a sua natural inserção na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e na União Africana (UA), bem como a assunção das múltiplas pertenças à região africana, ao eixo insular atlântico (Islândia - Maldivas) e ao continente americano (Tolentino, 2007). Significa que o país poderá contribuir de forma significativa no quadro das parcerias Norte-Sul e Sul-Sul no que se refere aos assuntos de segurança e defesa do Atlântico. A defesa e a valorização do sistema da ONU e das organizações regionais como a UA e a CEDEAO *«deverão constituir um dos eixos da política externa de Cabo Verde»* (Matos, 2014: 436).

Após a independência, Cabo Verde procurou cultivar uma política de paz e de diálogo no plano internacional (Cardoso, 1986). A estratégia do Não-Alinhamento, tanto a não inserção no campo militar atlantista liderado pela OTAN, como a recusa

do Pacto da Varsóvia, ainda que discutível do ponto de vista ideológico, permitiu que Cabo Verde conquistasse o respeito e a autonomia, definindo estratégias de segurança e defesa com o objectivo de proteger o território das consecutivas ameaças (Madeira & Monteiro, 2016). Não obstante o grau de desenvolvimento atingido até a presente data, Cabo Verde continua a depender fortemente das parcerias para colmatar as necessidades em diferentes sectores. Face à globalização de fenómenos internacionais, com particular relevância para o narcotráfico, a cooperação e as parcerias internacionais afiguram-se imprescindíveis para um país como Cabo Verde (Madeira, 2015). De reduzida dimensão e com poucos recursos económicos, o país, nas palavras do anterior Primeiro-Ministro, José Maria Neves, «em meio à dimensão global do narcotráfico, é premente que se construam alianças entre o país, outros estados e organizações internacionais, daí a crescente procura de parceiros externos, a par da assinatura de algumas convenções internacionais nesse domínio» (Évora, 2014: 468).

Prosseguindo na sua vocação secular de ponte atlântica de ligação entre os continentes e as civilizações, como sustenta o Primeiro-Ministro cessante, Cabo Verde em virtude dessa predisposição passou a ser utilizado «por poderosas organizações criminosas transnacionais como uma plataforma para as suas actividades ilícitas» (Évora, 2014: 465). Desde a segunda República (a partir de 1991), os sucessivos governos cabo-verdianos procuraram adoptar instrumentos e mecanismos para por cobro a esta tendência. Por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que foi adoptado durante o período de 1982/1985

vem norteando as actividades do Estado em diferentes sectores. Em janeiro de 2011 foi aprovado o documento Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) que procura «estabelecer os aspectos fundamentais da estratégia global adoptada pelo Estado para a consecução dos objectivos da política de segurança e de defesa» (Matos, 2014: 427). As razões para a adopção deste documento estratégico prendem-se com o facto de se verificar que as problemáticas de «segurança nacional e internacional se complexificaram e que Cabo Verde tem a clara ambição «de ser um parceiro activo na busca das soluções para os problemas de segurança que afectam o mundo e, de forma muito específica, a região onde se insere» (Matos, 2014: 427).

Essa ambição fica patente, uma vez que Cabo Verde permitiu em 2006 que a OTAN organizasse um importante exercício militar no seu território, ainda que alguns investigadores, políticos e académicos tenham questionado tais actividades, visto que o país sempre preconizou uma política externa de não-alinhamento (Madeira, 2016). Não obstante a esse facto, o Ministério da Defesa Nacional cabo-verdiano na altura garantiu à imprensa que a realização dos exercícios militares não põe em causa a postura de não alinhamento em relação aos acordos internacionais de cariz militar e às formas de cooperação e de integração em organizações internacionais de defesa e de segurança (Varela, 2007). Em abril de 2005, através do anúncio do comando operacional da OTAN, desencadeia-se oficialmente o processo de realização de exercícios militares em Cabo Verde designados de *Steadfast Jaguar 2006*, que iriam decorrer entre 15 e 28 de Junho de 2006. A realização destas ações

que teriam lugar em ilhas como a do Fogo, São Vicente e Santo Antão, procuravam testar e validar a Força de Reacção Rápida, denominada de NRF (*NATO Response Force*).

Se a escolha de Cabo Verde pela OTAN, organização que pode actuar em qualquer parte do globo, se justifica pelo facto de o país, segundo a mesma organização, ter uma relativa estabilidade política e militar, que permite de forma adequada verificar a operacionalidade da NRF. Isto significa que o arquipélago, pela sua posição geoestratégica, poderá desempenhar um papel importante na segurança e defesa do Atlântico Norte. Por outro lado, sabendo que Cabo Verde se situa na encruzilhada das principais rotas comerciais e, por esta razão, constitui um trajecto para o movimento migratório ilegal de pessoas, de armas e de tráfico de estupefacientes (Matos, 2014). Os actores internacionais como o Brasil no quadro da ZPCAS, EUA, China e a própria União Europeia têm vindo a investir no arquipélago de forma a estabelecer parcerias sólidas que permitem reforçar a utilidade do país para a segurança atlântica e internacional.

É natural que Cabo Verde tenha procurado contornar as limitações em termos materiais e de equipamento com o objetivo de garantir a segurança e a defesa, mediante formas de cooperação geoestratégica, por exemplo, as ações de formação para a Guarda Costeira. Mas também é verdade que o mesmo deverá assumir os seus compromissos no âmbito da promoção da paz e da segurança atlântica, particularmente, da sub-região em que se encontra geograficamente inserido. Isto permitirá que o país contribua de forma articulada com organizações internacionais para a realização de uma política de paz e de segurança entre

o Atlântico Norte e o Atlântico Sul (Matos, 2014).

O Estado cabo-verdiano necessita de proceder a um diagnóstico conjuntural que possa evitar «*pôr em perigo a reprodução do processo e tentar relativizar os impactos negativos ou então buscar soluções alternativas*» (Correia e Silva, 1996: 54), num contexto internacional fortemente marcado e abalado por fenómenos de origem difusa. Pode-se apontar como exemplo o tráfico de armas e de pessoas que assolam a região da África Ocidental que, por sua vez, é predominada pelo terrorismo com actuação de organizações islamitas radicais na Somália, na Nigéria e no Mali. Além disso, verifica-se que a região do Golfo da Guiné, próxima de Cabo Verde, ganhou especial relevância estratégica acrescida pela sua riqueza petrolífera e de hidrocarbonetos, o que despertou igualmente fenómenos como seja o da pirataria marítima.

Creemos que, para combater estes e outros fenómenos, é legítimo que Cabo Verde ambicione ser uma região pivô e um 'produtor' da segurança no Atlântico, promovendo, dessa forma, a interacção e formas de parceria entre o hemisfério Norte e hemisfério Sul, sem esquecer a necessidade imperiosa de dar continuidade às formas de cooperação internacional. Contudo, tendo em vista as possibilidades que logicamente dependem dos planos estratégicos delineados pelas organizações internacionais, em especial a OTAN e a ZPCAS. Estas exigências devem estar em conformidade com a realidade dinâmica global, tirando partido das sinergias das parcerias Norte-Sul e Sul-Sul.

5. Notas finais

Após a Guerra Fria, os Estados banhados pelo Atlântico procuraram criar mecanismos eficientes e eficazes no sentido de debelar as ameaças e riscos à segurança dos seus territórios e da região geográfica onde efectivamente se encontram inseridos. Um dos primeiros passos foi o de aliar-se às organizações internacionais, de carácter sub-regional e regional, face à exigência, complexidade e volatilidade dos fenómenos internacionais.

Para o Atlântico, palco de inúmeras incidências que têm colocado em alerta de segurança máxima os países da região, constata-se uma necessidade imperativa de avaliar de forma permanente, continua, integrada e coordenada as ameaças que colocam em risco a sua estabilidade. Em matéria de segurança e defesa, os diferentes países tanto do hemisfério Sul como do Norte, devem contribuir no quadro de parcerias e cooperação para que o Atlântico se torne mais próspero, seguro e preparado para enfrentar os diferentes desafios. Cabo Verde pode desempenhar um papel importante neste processo e nas estratégias de segurança e defesa delineadas pela OTAN e pela ZPCAS, transformando-se num polo ou região estratégica para o combate às actividades ilícitas.

Acreditamos que o país, por viver um período de estabilidade e constituir um caso exemplar de boa governação em África, pode tornar-se numa plataforma importante na segurança e defesa do Atlântico em cooperação com outras organizações internacionais e parcerias com outros países. Por exemplo, a segurança da União Europeia ou, de uma forma geral, da Europa passa por uma análise descomplexada dos problemas registados no Atlântico Sul.

Cabo Verde encontra-se em condições de corresponder aos desafios que, na ordem regional e internacional, o interpelam. Com esta missão assumida, compete ao arquipélago delinear estratégias para não defraudar a expectativa e a confiança que as organizações internacionais e outros Estados têm depositado nele. Queremos com isso afirmar que toda a arquitectura de segurança e defesa do Atlântico passa necessariamente pela priorização de uma relação de parceria entre o hemisfério Norte e Sul e, neste sentido, Cabo Verde poderá desempenhar um papel de extrema importância que o pode projectar, obtendo o devido respeito e autonomia no cenário internacional.

Creemos, corroborados por outras perspectivas, que o arquipélago deve investir, do ponto de vista da geoestratégia, em três elementos fundamentais: **i]** A partir do documento de 2011 a propósito do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional, o arquipélago deve criar mecanismos e directrizes fundamentais, tendo em conta a sua dimensão territorial, para proteger o seu território de fenómenos como o narcotráfico, pirataria marítima e criminalidade, num quadro de forte parceria e cooperação internacional; **ii]** Numa altura em que o Estado cabo-verdiano procura reunir as condições necessárias para o pedido de alargamento da plataforma continental de 200 para supostamente 350 milhas náuticas, é preciso criar todas as condições para a realização desses interesses num plano concertado de uma boa vigilância e de segurança marítima; **iii]** Exemplo de boa governação em África, Cabo Verde deve aproveitar esta imagem no quadro das estratégias de segurança e defesa delineadas para o Atlântico, na ideia de materializar o desejo de atingir o desenvolvimento sustentável do país.

Para futuros trabalhos recomenda-se aos investigadores a incorporação de novas perspectivas teóricas e analíticas, visando preencher lacunas não contempladas na presente investigação, de modo a que seja possível alargar o âmbito de conhecimento

com o aprofundar desta problemática. Entretanto, conscientes da limitação de investigar em Cabo Verde, já que se presencia uma escassez de produção académico-científico nas diferentes universidades, centros de investigação e bibliotecas especializadas.

6. Referências citadas

- ALAGGAPA, M. (Ed.). 1998. *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. Stanford University Press. Stanford-Califórnia, EUA.
- AMANTE DA ROSA, M. 2007. «Geoestratégia de Cabo Verde no Atlântico Médio». *Revista Direito e Cidadania*, VIII(25/26): 163-187.
- BALDWIN, D. 1997. «The Concept of Security». *Review of International Studies*, 23(1): 5-26.
- BERNARDINO, L. 2008. *Estratégias de intervenção em África: Uma Década de segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Prefácio. Lisboa, Portugal.
- BUZAN, B. 2008. *People, States and Fear: An Agenda for the International Security Studies in the Post-Cold War Era*. ECPR Press. Colchester, United Kingdom.
- CARDOSO, L. 1983. «Algumas Reflexões sobre Conceitos de Defesa». *Revista Nação e Defesa*, VIII(25): 92-106.
- CARDOSO, R. 1986. *Cabo Verde: Opção Para Uma Política de Paz*. Instituto Cabo-Verdiano do Livro. Praia, Cabo Verde.
- CASTRO, T. 1999. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, Brasil.
- CEPIK, M. 2001. «Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas». *Security and Defense Studies Review*, 1: 1-19.
- CORREIA E SILVA, A. 1996. *Histórias de um Sahel Insular*. Spleen Edições. Praia, Cabo Verde.
- CORREIA, P. 2004. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia: Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*. Editora Quarteto. Coimbra, Portugal.
- COUTAU-BÉGARIE, H. 1985. *Geoestratégie de L'Atlantique Sud*. PUF. Paris, França.
- CRAVINHO, J. 2006. *Visão do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal.
- DANNREUTHER, R. 2014. *International Security: The contemporary Agenda*. John Wiley & Sons. New York, EUA.

- ÉVORA, M. 2014. «A Evolução do Processo de Securitização do Narcotráfico em Cabo Verde: Das limitações do Estado à Displícência da Sociedade Civil». En: J. DELGADO; O. VARELA, & S. COSTA (orgs.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas*. pp. 450-473. ISCJS. Praia, Cabo Verde.
- FERNANDES, J. 2015. «A Soberania Cibernética na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)». En: G. GHELLER; S. GONZALES & L. MELO. (orgs.). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. pp. 263-304. IPEA/NEP. Brasília, Brasil.
- FILHO, P. 2008. *O Brasil e a África do Sul: O Arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)*. Fundação Alexandre de Gusmão. Porto Alegre, Brasil.
- FILHO, P. 2015. «Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no início do Século XXI». En: G. GHELLER; S. GONZALES & L. MELO (orgs.). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. pp. 149-184. IPEA/NEP. Brasília, Brasil.
- GHELLER, G.; GONZALES, S. & L. MELO. 2015. *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. IPEA/NEP. Brasília, Brasil.
- GRAÇA, P. 2010. *Mundo Secreto: História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais*. Luanda. Instituto de Informações e Segurança de Angola.
- GRAÇA, P. 2014. «A Área dos Estudos Estratégicos». *Lusíada: Política Internacional e Segurança*, 10: 65-81.
- HURRELL, A. 1998. «Security in Latin America». *International Affairs*, 74(3): 529-546.
- KLARE, M. & D. THOMAS. 1998. *Word Security: Challenges for a New Century*. St. Martin's Press. New York-EUA.
- LOURENÇO, P. 2006. «Cabo Verde ou da Necessidade de uma Nova Parceria». *Revista Nação e Defesa*, 3(114): 7-14.
- MADEIRA, J. 2015. «Cape Verde: Geopolitics and Projection of a Small Island State in West Africa». *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 4(8): 58-77.
- MADEIRA, J. 2016. «Cabo Verde: De um 'Estado Inviável' ao Pragmatismo na Política Externa». *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 1: 85-101.
- MADEIRA, J. & N. MONTEIRO. 2016. «Cape Verde in West Africa Region: Towards a new Paradigm for Regional Integration». *Brazilian Journal of International Relations*, 5(3): 545-561.

- MATOS, A. 2012. «Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde». *Revista Nação e Defesa*, 5(131): 79-90.
- MATOS, A. 2014. A «Visão Integrada da Segurança no Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional». En: J. DELGADO; O. VARELA & S. COSTA (orgs.). *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)leituras Contemporâneas*. pp. 425-449. ISCJS. Praia, Cabo Verde.
- MODELSKI, G. & W. THOMPSON. 1988. *Seapower in Global Politics, 1494-1994*. Macmillan. Londres, Reino Unido.
- MONTEIRO, N. 2016. «África, A Nova Fronteira Estratégica no Desenvolvimento Global: A Geopolítica de Cabo Verde no contexto da CEDEAO». *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 11(2): 93-109.
- MOREIRA, A. 1998. «Segurança e Defesa». *Revista Nação e Defesa*, XIII(45): 39-51.
- MOREIRA, A. 2005. *Teoria das Relações Internacionais*. Almedina. Coimbra, Portugal.
- PAIVA, L. 2015. «O Jogo do Poder na faixa Atlântica do Entorno Estratégico Nacional e seus Reflexos para a Defesa e projeção do Brasil». En: G. GHELLER; S. GONZALES & L. MELO (orgs.). *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. pp. 185-232. IPEA/NEP. Brasília, Brasil.
- PENHA, E. 2010. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. EDU-FBA. Salvador, Brasil.
- TOLENTINO, A. 2007. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Portugal.
- VARELA, O. 2007. «A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a ‘Espada’ da NATO e a ‘Parede’ Africana». *Revista Direito e Cidadania*, VIII(25/26): 219-248.
- VIANA, V. 2003. *O conceito de segurança alargada e o seu impacto nas missões e organização das Forças Armadas*. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa, Portugal. Trabalho Individual de Longa Duração, s/n p.
- WALT, S. 1991. «The Renaissance on Security Studies». *International Studies Quarterly*, 35(2): 211-239.

Lugar y fecha de finalización:
Universidad de Cabo Verde, Praia,
Santiago Island, Cabo Verde;
febrero, 2016